



POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2020

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUARULHOS

ÍNDICE

1	Introdução	2
2	Definições	2
3	Gestão Previdenciária (Pró Gestão)	2
4	Comitê de Investimentos	3
5	Consultoria de Investimentos	4
6	Diretrizes Gerais	4
7	Modelo de Gestão	5
8	Segregação de Massa	5
9	Meta de Retorno Esperado	6
10	Aderência das Metas de Rentabilidade	6
11	Carteira Atual	7
12	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	7
13	Cenário	8
14	Alocação Objetivo	8
15	Critérios analíticos para escolha de administrador / gestor e fundos de investimentos	10
16	Apreçamento de ativos financeiros	11
17	Gestão de Risco	12
17.1	Risco de Mercado	12
17.1.1	VaR	12
17.2	Risco de Crédito	12
17.2.1	Abordagem Qualitativa	13
17.3	Risco de Liquidez	14
17.4	Risco Operacional	15
17.5	Risco de Terceirização	16
17.6	Risco Legal	16
17.7	Risco Sistêmico	17
18	Considerações Finais	17
	Anexo	18

1 Introdução

O Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos, IPREF, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei nº 6.056, de 24 de fevereiro de 2005, e a Resolução CMN nº 3.922/2010 e posteriores alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A presente Política de Investimentos (P.I) foi discutida e aprovada pelo Conselho Administrativo do IPREF nas reuniões ordinárias ocorridas em 20/11/2019 e 18/12/2019.

2 Definições

Ente Federativo: Município de Guarulhos, Estado de São Paulo

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos

CNPJ: 52.373.396/0001-16

Meta de Retorno Esperada: INPC + 5,88% ao ano

Categoria do Investidor: Qualificado

3 Gestão Previdenciária (Pró Gestão)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS Nº 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar o IPREF a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório do Instituto cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimento (P.I.), que deve submetê-la para aprovação ao Conselho

Administrativo, o colegiado superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

4 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 519/11 e posteriores alterações, combinada com a Portaria 054/09-IPREF e a Portaria nº 155/2019-IPREF, o Comitê de Investimento do IPREF tem em sua composição três membros natos escolhidos pelo Presidente do Instituto, sendo um membro da Diretoria Executiva do IPREF, o Gestor do fundo previdenciário e um servidor efetivo do IPREF, este último preferencialmente participante do Grupo Capitalizado. Além desses, pelo menos um membro do Conselho Fiscal, pelo menos um membro do Conselho Administrativo, escolhidos respectivamente pelo Presidente de cada Conselho e dois servidores efetivos de quaisquer dos Entes, preferencialmente beneficiários do Plano Capitalizado, escolhidos pelo Presidente do IPREF. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto ao Presidente e ao Conselho Administrativo. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O Comitê de Investimento é formado por sete membros, sendo a maioria certificada, conforme exigência normativa, possuindo ainda caráter deliberativo.

5 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o IPREF no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado e do enquadramento das aplicações dos recursos. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários.

6 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do IPREF, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Esta P.I. entrará em vigor em 01 de janeiro. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o intervalo de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2020, podendo ocorrer revisões durante esse período.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações e a Portaria MPS nº 519/11 e alterações que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução,

sempre com o objetivo de preservar os interesses do IPREF, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Instituto deverá comunicar oficialmente à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do IPREF, de acordo com o Artigo 3, §5º, Inciso II da Portaria MPS nº 519/11 e alterações, será própria, ou seja, o IPREF realizará diretamente a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação e definidos nesta P.I.

8 Segregação de Massa

O IPREF possui segregação de massa do seu plano de benefícios desde 20 de dezembro de 2011.

A Segregação de Massa de segurados do IPREF é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de **plano financeiro** (fundo previdenciário financeiro) e o outro de **plano previdenciário** (fundo previdenciário capitalizado). Essa data de corte não poderá ser superior a data de implementação da segregação.

O Plano Financeiro é um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de Fundo Financeiro.

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do IPREF, sendo o seu

plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples.

9 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2020, o IPREF prevê que o seu retorno esperado será no mínimo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acrescido de uma taxa de juros real de 5,88% ao ano.

A escolha do INPC, segundo avaliação atuarial com base em dezembro de 2018, foi sugerida por ser o índice de inflação de correção salarial negociada pelas associações da classe / sindicatos.

A escolha da taxa de juros real de 5,88% a.a. justifica-se conforme relatório do atuário em anexo.

10 Aderência das Metas de Rentabilidade

A meta de rentabilidade definida no item anterior está aderente ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano, uma vez que o IPREF apresentou resultado superavitário no plano previdenciário capitalizado nas três últimas avaliações atuariais, aumentando o superávit projetado conforme quadro a seguir:

ANO	SUPERÁVIT ATUARIAL
2017	R\$ 16.910.589,37
2018	R\$ 16.936.855,62
2019	R\$ 2.530.074,77

Verificamos que a rentabilidade da carteira nos últimos três anos está aderente à meta de rentabilidade escolhida, conforme o histórico abaixo:

ANO	META ATUARIAL	RENTABILIDADE DA CARTEIRA
2016	12,96%	19,69%
2017	8,11%	11,81 %
2018	9,59 %	9,71%
2019 (até Set/19)	7,21%	9,80%

11 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação, assim como, os limites legais observados por segmento na data 30/09/2019.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (RESOLUÇÃO CMN Nº 3.922/11)	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	84,41%
Renda Variável e Investimentos Estruturados	30%	15,59%

12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do IPREF e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos;
- ✓ Os limites máximos de aplicação em cada segmento e prazos de vencimentos dos investimentos; e
- ✓ A escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

13 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer. O cenário utilizado corresponde ao Boletim Focus (08/11/2019) que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado.

Mediana - Agregado	2019				2020				2021				2022											
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp.**	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp.**	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp.**	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp.**				
IPCA (%)	3,28	3,29	3,31	▲	(1)	126	3,73	3,60	3,60	●	(2)	121	3,75	3,75	3,75	●	(48)	104	3,50	3,50	3,50	●	(15)	94
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,21	3,28	3,35	▲	(1)	57	3,58	3,52	3,60	▲	(1)	55	3,75	3,75	3,75	●	(43)	47	3,50	3,50	3,50	●	(15)	43
PIB (% de crescimento)	0,87	0,92	0,92	●	(1)	74	2,00	2,00	2,08	▲	(1)	74	2,50	2,50	2,50	●	(139)	57	2,50	2,50	2,50	●	(81)	53
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,00	4,00	4,00	●	(6)	108	3,95	4,00	4,00	●	(3)	100	3,95	3,95	3,97	▲	(1)	81	4,00	4,00	4,00	●	(6)	75
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	4,75	4,50	4,50	●	(3)	115	4,75	4,50	4,50	●	(2)	111	6,50	6,00	6,00	●	(1)	90	7,00	6,50	6,50	●	(2)	82
IGP-M (%)	5,21	5,53	5,50	▼	(1)	70	4,02	4,07	4,07	●	(2)	67	4,00	4,00	4,00	●	(121)	46	3,75	3,78	3,80	▲	(2)	41
Preços Administrados (%)	4,30	4,69	4,70	▲	(4)	33	4,10	4,10	4,10	●	(2)	33	4,00	4,00	4,00	●	(119)	28	3,75	3,75	3,75	●	(31)	25
Produção Industrial (% de crescimento)	-0,65	-0,73	-0,70	▲	(1)	17	2,29	2,06	2,16	▲	(1)	14	2,50	2,50	2,50	●	(8)	12	2,50	2,50	2,50	●	(8)	12
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-27,50	-34,40	-34,70	▼	(9)	30	-33,00	-38,00	-37,75	▲	(1)	30	-39,25	-42,90	-42,90	●	(2)	19	-42,10	-43,00	-43,00	●	(2)	18
Balança Comercial (US\$ bilhões)	50,43	47,50	47,00	▼	(1)	29	47,00	43,00	42,95	▼	(1)	28	40,50	43,40	43,00	▼	(1)	18	40,00	45,00	45,00	●	(2)	17
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	81,85	80,00	80,00	●	(1)	29	83,20	80,00	80,00	●	(3)	28	84,70	83,20	81,40	▼	(1)	21	85,00	81,40	80,79	▼	(1)	19
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	56,05	56,20	56,00	▼	(2)	23	58,40	58,15	58,30	▲	(2)	23	60,60	61,00	60,80	▼	(1)	20	61,10	61,55	61,00	▼	(1)	19
Resultado Primário (% do PIB)	-1,40	-1,34	-1,20	▲	(1)	27	-1,18	-1,00	-1,10	▼	(1)	26	-0,60	-0,50	-0,50	●	(1)	22	0,10	-0,05	0,10	▲	(1)	21
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,35	-6,30	-6,30	●	(3)	21	-5,95	-5,80	-5,98	▼	(1)	21	-5,55	-5,60	-5,55	▲	(1)	16	-5,35	-5,35	-5,20	▲	(1)	15

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

14 Alocação Objetivo

As tabelas a seguir apresentam a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações. Essas tabelas têm como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida e que melhor reflita as necessidades do passivo ao longo do exercício desta Política de Investimento e ao longo dos próximos cinco anos.

Alocação estratégica para o exercício de 2020

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Títulos Públicos	100%	0%	0%	40%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	20%	50%	90%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	0%	0%	10%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%	0%	0%	0%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa Referenciados	60%	0%	0%	15%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados	60%	0%	0%	10%	Art. 7º, III, "b"
Fundos de Renda Fixa	40%	5%	20%	40%	Art. 7º, IV, "a"
Fundos de Índice de Renda Fixa	40%	0%	0%	10%	Art. 7º, IV, "b"
Letras Imobiliárias Garantidas	20%	0%	0%	3%	Art. 7º, V, "b"
Cédula de Depósito Bancário	15%	0%	0%	0%	Art. 7º, VI, "a"
Poupança	15%	0%	0%	0%	Art. 7º, VI, "b"
Cota Sênior de FIDC	5%	0%	0%	0%	Art. 7º, VII, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5%	0%	1%	3%	Art. 7º, VII, "b"
Fundo de Debêntures	5%	0%	0%	2%	Art. 7º, VII, "c"
Fundos de Ações Referenciados	30%	0%	0%	15%	Art. 8º, I, "a"
Fundos de Índices Referenciados	30%	0%	2%	15%	Art. 8º, I, "b"
Fundos de Ações	20%	0%	20%	20%	Art. 8º, II, "a"
Fundos de Índice de Ações	20%	0%	0%	10%	Art. 8º, II, "b"
Fundos Multimercados	10%	0%	2%	10%	Art. 8º, III
Fundos de Participações	5%	0%	0%	2%	Art. 8º, IV, "a"
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	0%	1%	3%	Art. 8º, IV, "b"
Fundos de Ações - Mercado de Acesso	5%	0%	0%	0%	Art. 8º, IV, "c"
Renda Fixa - Dívida Externa	10%	0%	0%	5%	Art. 9º A, I
Fundos de Investimento no Exterior	10%	0%	3%	10%	Art. 9º A, II
Ações - BDR Nível I	10%	0%	1%	10%	Art. 9º A, III

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 13. A estratégia proposta resultou em uma redução na renda fixa, dando lugar a um aumento da renda variável, visto que a combinação da taxa de juros no nível mais baixo da história e as condições favoráveis ao crescimento da economia, favorece esse segmento. Além disso, uma pequena elevação na alocação objetivo dos investimentos no exterior, que apresenta como uma estratégia com baixa correlação com o mercado interno, diminuindo o risco da carteira. O objetivo é manter a carteira com ativos diversificados a fim de minimizar impactos da volatilidade.

Alocação estratégica para os próximos cinco anos (2020-2024)

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Limite Superior	Enquadramento
Títulos Públicos	100%	0%	40%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	20%	90%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	0%	10%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%	0%	0%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa Referenciados	60%	0%	15%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados	60%	0%	10%	Art. 7º, III, "b"
Fundos de Renda Fixa	40%	5%	40%	Art. 7º, IV, "a"
Fundos de Índice de Renda Fixa	40%	0%	10%	Art. 7º, IV, "b"
Letras Imobiliárias Garantidas	20%	0%	3%	Art. 7º, V, "b"
Cédula de Depósito Bancario	15%	0%	0%	Art. 7º, VI, "a"
Poupança	15%	0%	0%	Art. 7º, VI, "b"
Cota Sênior de FIDC	5%	0%	0%	Art. 7º, VII, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5%	0%	3%	Art. 7º, VII, "b"
Fundo de Debêntures	5%	0%	2%	Art. 7º, VII, "c"
Fundos de Ações Referenciados	30%	0%	15%	Art. 8º, I, "a"
Fundos de Índices Referenciados	30%	0%	15%	Art. 8º, I, "b"
Fundos de Ações	20%	0%	20%	Art. 8º, II, "a"
Fundos de Índice de Ações	20%	0%	10%	Art. 8º, II, "b"
Fundos Multimercados	10%	0%	10%	Art. 8º, III
Fundos de Participações	5%	0%	2%	Art. 8º, IV, "a"
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	0%	3%	Art. 8º, IV, "b"
Fundos de Ações - Mercado de Acesso	5%	0%	0%	Art. 8º, IV, "c"
Renda Fixa - Dívida Externa	10%	0%	5%	Art. 9º A, I
Fundos de Investimento no Exterior	10%	0%	10%	Art. 9º A, II
Ações - BDR Nível I	10%	0%	10%	Art. 9º A, III

15 Critérios analíticos para escolha de administrador / gestor e fundos de investimentos

Para aplicação de novos recursos deverão ser cumpridos os requisitos a seguir:

- Administrador ou gestor
 - I. Atender as novas condições estabelecidas na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, devendo ser instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;
- Fundo de Investimento
 - I. Apresentar parecer favorável por consultoria técnica especializada, quando primeira aplicação;

- II. Não estar relacionado em lista de “Fundos Vedados com aplicações dos RPPS – Resolução 4.604/2017”, conforme lista disponível no site da Secretaria de Previdência:

<http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/>

16 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o IPREF aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado (exceto os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos regidos pela Portaria MPS nº 65 de 26/02/2014 e os Títulos Públicos Federais contabilizados pelos custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, em conformidade com a Portaria MF nº 04 de 05/02/2018), de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo IPREF são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos Preços Unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA e, ainda, que além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e, conseqüentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do IPREF no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Se o IPREF tiver efetuado o Estudo de ALM, é imprescindível que os títulos públicos sejam marcados na curva.

17 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

17.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

17.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do IPREF controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5 %
Renda Variável	20 %
Investimentos no Exterior	20 %

17.2 Risco de Crédito

17.2.1 Abordagem Qualitativa

O IPREF utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA
LF Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações, desde que observadas as seguintes condições:

- ✓ Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- ✓ Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- ✓ No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- ✓ O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de gestão de cada um deles.

17.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores

mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	50%
De 30 dias a 365 dias	0%
Acima de 365 dias	0%

17.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e

- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

O IPREF fez a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS.

17.5 Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores externos, conforme definições na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. No Credenciamento, o procedimento de seleção de gestores pelo RPPS deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros.

17.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios de acompanhamento que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal;
- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

17.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

18 Considerações Finais

Este documento será disponibilizado por meio de divulgação no site oficial do IPREF a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho Administrativo.

Guarulhos, 18 de dezembro de 2019.

EDUARDO AUGUSTO REICHERT, CFP®

Presidente do IPREF

CPF 383.723.978-05

MILTON AUGUSTO DIOTTI JOSÉ

Presidente do Conselho Administrativo

CPF 083.214.898-93



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

CA/291/2019

São Paulo, 10 de Dezembro de 2019.

Ao

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos

At: Eduardo Augusto Reichert

EM ATENDIMENTO AO SOLICITADO, A AVALIAÇÃO BASE DE DEZ/2018, APRESENTOU A DURAÇÃO DO PASSIVO QUE RESULTOU NO TOTAL DE 21,73 ANOS E A TAXA DE JUROS NO VALOR DE 5,88%, CONFORME PORTARIA N°17, DE 20 DE MAIO DE 2019 DA SECRETÁRIA DE PREVIDÊNCIA.

PERMANECEMOS A DISPOSIÇÃO PARA QUALQUER ESCLARECIMENTO,

Atenciosamente,

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.